

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras faz primeiro reajuste do diesel no ano	2
Título: Goldemberg pede foco em mais eficiência energética	2
Título: Braskem e Petrobras estão perto de assinar novo contrato de nafta	4
Título: Destaques	6
Título: Eneva desiste, por ora, da AES Tietê.....	6
Título: Divergências travam abertura do mercado de gás no Amazonas	7
Título: Eletronuclear lança plano para Angra 3.....	9
Título: Voto de donos de PN é maioria no nível 2 da B3.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Socorro bilionário a elétricas adia reajuste médio de 12% na luz	13
Título: » Mercado.....	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: Bolsa sobe 4,7% e dólar recua 2% com notícia de avanço em vacina	16
Título: Pacote para setor elétrico deve ser menor que o projetado	17

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 19/05/2020**Seção:** Brasil**Autor:** Alessandra Saraiva, André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio**Título:** Petrobras faz primeiro reajuste do diesel no ano

Preço sobe 8% hoje nas refinarias da estatal

A Petrobras reajustou em 8% o preço do litro do diesel nas refinarias. O novo valor entra em vigor hoje. Foi o primeiro aumento do diesel no ano. O preço do combustível já foi reduzido em outras 11 ocasiões em 2020. Segundo a companhia, não houve decisão de reajuste no preço da gasolina.

De acordo com uma fonte, o aumento para o preço do diesel será de R\$ 0,1039 o litro. Neste mês, a Petrobras já determinou dois reajustes de preço da gasolina, sendo um de 12% e outro de 10%.

“O aumento hoje [ontem] está de acordo com a paridade internacional que a Petrobras vem promovendo em sua política de preços”, afirmou Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, em nota. “Os recentes aumentos do Brent e as flexibilizações globais das quarentenas também acabam adicionando proporcionalidade à medida.”

Segundo ele, os preços para o diesel, assim como os da gasolina, são baseados no preço de paridade de importação somado aos custos, como frete e taxas portuárias. “No aumento, encontra-se uma margem que cobre os riscos da companhia, como volatilidade de preços e volatilidade de câmbio, algo que ainda está bem presente diante das condições atuais de mercado.”

Na semana passada, durante teleconferência com analistas, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou que a estatal planeja fazer novos reajustes nos preços dos combustíveis, se houver novos aumentos dos preços internacionais.

Após a Petrobras aplicar reajuste de 10% para a gasolina no início de maio, o presidente Jair Bolsonaro classificou a medida como uma “manobra” da estatal e disse que questionaria a companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 19/05/2020**Seção:** Brasil**Autor:** Daniel Rittner — De Brasília**Título:** Goldemberg pede foco em mais eficiência energética

O governo deveria revisar a legislação nacional de eficiência energética e ampliar o escopo do Procel (programa de etiquetagem dos equipamentos), recomenda um novo estudo do físico José Goldemberg, professor emérito do Instituto de Energia e Ambiente da USP. Isso é fundamental para permitir que o Brasil chegue aos atuais patamares de desenvolvimento e qualidade de vida da Europa, em 2040, sem esgarçar seus recursos energéticos.

No Brasil, que tem PIB per capita de US\$ 9.140 (dado de 2017), o consumo médio por pessoa em energia equivalente de petróleo fica em 1,41 tonelada/ano. Com renda quase três vezes superior (US\$ 35.420), a União Europeia tem consumo médio de 3,08 tonelada/ano por pessoa - apesar das necessidades de aquecimento residencial e da matriz elétrica menos limpa.

Para Goldemberg, ex-reitor da USP e membro da Academia Brasileira de Ciências, o planejamento setorial no Brasil segue há décadas a “ideia intuitiva” de que PIB e oferta de energia crescem de forma alinhada. No estudo, que será lançado hoje pelo Instituto E+ Transição Energética em bate-papo virtual com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ele sugere políticas públicas que modifiquem essa paridade e permitam crescimento com mais sustentabilidade.

A palavra-chave é eficiência. “Um grande número de medidas é trivial e sem grandes custos para a indústria”, afirma Goldemberg, citando, por exemplo, iniciativas já adotadas por fabricantes de cimento para reduzir o consumo e as emissões de gases-estufa.

Ele nota que a intensidade energética no Brasil, que se mantém praticamente constante desde 1990, caiu mais de 30% nos países da UE durante o mesmo período. De forma geral, a indústria pouco diminuiu a quantidade de energia necessária para produzir os mesmos produtos.

Recomendação de Goldemberg: revisar a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, estabelecida pela Lei 10.295 de 2001, para a adoção de critérios mais rígidos. E ampliar o Procel, que se restringiu à etiquetagem de aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos, mas não colocou muitos “selos de eficiência” em construções, no setor industrial e em motores trifásicos.

O professor lembra que a etiquetagem de refrigeradores, televisores, condicionadores de ar, máquinas de lavar roupas e lâmpadas fez o consumo de eletricidade desses bens cair 4,8% desde 1997.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/05/2020****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes — De São Paulo****Título: Braskem e Petrobras estão perto de assinar novo contrato de nafta**

As negociações entre Braskem e Petrobras para celebração de um novo contrato de fornecimento de nafta avançaram e as empresas estão em vias de assinar um acordo de longo prazo, conforme informou ontem o **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**. Segundo fontes com conhecimento do assunto, os termos acertados, que serão anunciados em breve, são “positivos” e “equilibrados” para as duas partes, considerando-se o cenário atual. A estatal, segunda maior acionista da Braskem, é também sua principal fornecedora e a nafta ainda é a matéria-prima mais utilizada nas operações no Brasil.

O início das conversas em torno do novo contrato, que cobre mais de 10% de toda matéria-prima consumida pela Braskem, ainda em 2019, não foi amistoso, segundo apurou o **Valor**. Mas as negociações voltaram a fluir depois da troca de comando na Braskem, que ocorreu em novembro, após a Petrobras fazer pressão sobre a sócia Odebrecht pela mudança.

Ao mesmo tempo, a estatal mantém o plano de vender parte de suas refinarias neste ano, apesar da crise desencadeada pela covid-19. A garantia de contratação de derivados tende a valorizar esses ativos, o que também teria incentivado a busca por um entendimento sobre a nafta neste momento.

Conforme uma das fontes, o contrato de nafta com a Braskem deve ser assinado ainda no primeiro semestre. Já os acordos relativos ao fornecimento de propano e gás para a Riopol, no Rio de Janeiro, e para São Paulo, que vencem em 2021, seguem em negociação.

A maior proximidade entre estatal e petroquímica, que vinha ampliando as importações de matéria-prima, foi percebida pelo mercado, especialmente nas últimas semanas. Com a queda no consumo de combustíveis no mercado doméstico, na esteira das medidas de isolamento para conter o avanço da covid-19, a Petrobras se viu com excedente de nafta e a Braskem aceitou sentar-se à mesa para negociar volumes adicionais - a empresa é a única compradora de nafta no mercado brasileiro. No início de maio, a petroquímica

informou a assinatura de um aditivo ao contrato firmado em 2015, acertando a compra de nafta adicional em abril, substituindo os volumes que seriam importados.

O aditivo abrangeu 220 mil toneladas, das quais 190 mil toneladas com um desconto de US\$ 35 por tonelada para as centrais petroquímicas na Bahia e no Rio Grande do Sul e 30 mil toneladas para o complexo petroquímico paulista, com desconto de US\$ 35 por tonelada, tomando-se como referência a cotação ARA (índice de preço formado nos portos de Amsterdã, Roterdã e Antuérpia).

O contrato a que se referiu a Braskem no comunicado tem prazo de cinco anos e foi fechado às vésperas do Natal de 2015, após alguns aditivos ao acordo anterior - encerrado em 2014 em meio às investigações da Operação Lava-Jato. A Braskem admitiu o pagamento de propina para ser favorecida nesse acordo anterior, que havia sido firmado em 2009 e previa um intervalo de preço variável de 92,5% a 105% da cotação ARA.

No acordo seguinte, assinado portanto ainda sob a desconfiança levantada pela Lava-Jato, o preço acertado foi “o possível diante das circunstâncias”, conforme uma fonte: 102,5% do preço ARA e pouco competitivo se comparado aos custos da matéria-prima de petroquímicas que concorrem com a Braskem no mercado internacional.

Há cinco anos, a Petrobras entregava cerca de 70% da matéria-prima utilizada pela Braskem nas operações brasileiras, ou cerca de 7 milhões de toneladas por ano. Hoje, a nafta ainda é relevante, mas vem perdendo participação na matriz de insumos da petroquímica. Em 2019, correspondeu a 38% do consumo total, contra 90% dez anos antes. Da nafta total usada no ano passado, 36% veio da Petrobras e o restante foi importado.

A forte desvalorização do petróleo e a pandemia de covid-19, que teve efeito pontual no consumo de nafta nacional em abril, não influenciaram os termos do novo contrato de longo prazo, segundo uma fonte ouvida pelo **Valor**. Em geral, os acordos de fornecimento de matéria-prima têm duração de cinco ou dez anos, com possibilidade de prorrogação por igual período, de forma que a crise atual não teria peso suficiente para influenciar o preço acertado.

Na média, analistas e consultorias projetavam preço médio de US\$ 470 a US\$ 480 por tonelada de nafta em 2020, contra US\$ 505 em 2019. Agora, as estimativas foram reduzidas em US\$ 200 a tonelada.

Procuradas, Braskem e Petrobras não comentaram o assunto.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	19/05/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Minério rumo aos US\$ 100

Embalado pela demanda aquecida por parte das siderúrgicas chinesas e pelo aumento dos preços do aço, o minério de ferro marcou ontem nova máxima em quatro meses no mercado transoceânico. Em continuidade ao rali de maio, a cotação à vista rumo para US\$ 100 a tonelada e os contratos futuros exibem ganhos ainda mais acentuados. Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% fechou no porto chinês de Qingdao com valorização de 3,4%, a US\$ 96,84 a tonelada, o preço mais alto desde meados de janeiro. Com esse desempenho, a commodity acumulou ganhos de 15% em maio. Em 2020, a alta é de 5%. A forte demanda de aço na China vem em um momento de restrição de oferta da matéria-prima, especialmente a partir do Brasil. Dados da consultoria SteelHome, reportados pela Reuters, mostram que os estoques de minério nos portos do país caíram a 112 milhões de toneladas em 15 de maio, o nível mais baixo desde dezembro de 2016.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	19/05/2020
Seção:	Empresas
Autor:	Rodrigo Polito — Do Rio
Título:	Eneva desiste, por ora, da AES Tietê

A Eneva desistiu de apresentar nova proposta de combinação de negócios à AES Tietê neste momento. De acordo com executivos da companhia, a empresa vai se dedicar a outras oportunidades de crescimento inorgânico, além dos investimentos no desenvolvimento de seus projetos em construção.

“No atual momento, nossa previsão é concentrar os nossos esforços no nosso plano estratégico. No momento, realmente, não pretendemos apresentar nova proposta para a AES Tietê”, afirmou o diretor-presidente da Eneva, Pedro Zinner, em teleconferência com analistas sobre o resultado da elétrica no trimestre, um lucro de R\$ 179,8 milhões, com alta de 38,5%, ante uma ano atrás.

O diretor de finanças, Marcelo Habibe, acrescentou que a empresa vai olhar outras oportunidades de crescimento. Segundo ele, companhias que estão passando por dificuldades devido à crise acabam despertando novas oportunidades, inclusive com execução mais simples.

Ao longo do processo de tentativa de incorporação da AES Tietê, a Eneva comprou ações da geradora em um total de 0,7% do capital. Segundo Habibe, o objetivo da Eneva agora é se desfazer dessa participação “no momento oportuno”.

A proposta de combinação de negócios foi apresentada no início de março e tinha um valor total de R\$ 6,6 bilhões, com 40% pagamento em dinheiro. O restante seria pago em ações da nova empresa.

O conselho de administração da AES Tietê, porém, rejeitou a proposta. A pauta não chegou a ser levada para assembleia de acionistas. “Éramos bem convictos de que a operação geraria valor para as duas companhias. Continuamos sempre olhando o crescimento de forma inorgânica, oportunista. Mas sempre preocupado com a alocação de capital”, completou Zinner.

Reativo ao seu portfólio, a Eneva investiu R\$ 525 milhões no trimestre, ante R\$ 417 milhões no quarto trimestre de 2019, e R\$ 90 milhões um ano atrás. Do valor total, R\$ 286 milhões foram para os projetos do campo de Azulão (AM) e a termelétrica de Jaguatirica (RR). R\$ 191 milhões foram para a construção da usina termelétrica de Parnaíba V (MA). E R\$ 41 milhões para os campos de Gavião Preto e Gavião Tesoura, no Maranhão e no pagamento dos bônus de assinatura de blocos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia De São Paulo

Título: Divergências travam abertura do mercado de gás no Amazonas

A abertura do mercado de gás natural no Amazonas se tornou palco de um embate entre o governador Wilson Lima (PSC) e o Tribunal de Contas do estado (TCE-AM). Aprovada em abril pelo legislativo estadual, a reforma do marco legal do setor, alinhada à proposta do programa federal “Novo Mercado de Gás”, foi vetada pelo executivo amazonense em meio ao andamento de uma consulta pública instaurada pela Corte de Contas sobre o assunto.

O governo de Wilson Lima viu inconstitucionalidade em alguns pontos do projeto de lei estadual nº 153/2020, que disciplina a prestação do serviço de distribuição de gás canalizado sob regime de concessão, a comercialização e as condições para enquadramento de consumidores livres, autoprodutores e autoimportadores.

Projeto de Lei estadual que moderniza o marco do setor foi vetado pelo executivo; TCE-AM questionou o veto

Uma das queixas é a de que, durante a tramitação do PL, não houve espaço para manifestação do estado, da agência reguladora Arsepam e da concessionária de distribuição Cigás. Além disso, o executivo considera que o texto interfere na estrutura administrativa e dispõe sobre matéria orçamentária e outros temas que dizem respeito à organização administrativa. A visão é similar à da Abegás (associação das distribuidoras de gás canalizado), que se posicionou contra o PL e pediu o veto do governador.

O assunto do gás chegou ao TCE-AM por causa de outras movimentações além do próprio PL. Segundo o conselheiro Ari Moutinho Júnior, a decisão de iniciar uma consulta pública para discutir a abertura do mercado foi respaldada por uma denúncia da Arsepam sobre irregularidades na Cigás, que pertence ao estado e à Manaus Gás, ligada a empresas de Carlos Suárez, da OAS.

Também chamou a atenção da Corte de Contas para o setor uma representação formulada pelo deputado estadual Wilker Barreto (Podemos), alegando possíveis ilegalidades na isenção tributária concedida pelo governo à Eneva, que explora o Campo de Azulão (AM). De acordo com a denúncia, os benefícios fiscais, regulamentados no decreto estadual nº 40.709/2019, trariam prejuízos aos cofres públicos com a queda do repasse de ICMS.

O TCE-AM declarou apoio ao PL do gás, defendendo que o texto ampliará a concorrência na comercialização do produto, aumentará a competitividade do estado, tornando-o mais atrativo a investimentos, e tem potencial para reduzir os preços aos consumidores. O órgão destacou ainda que o PL recebeu apoio de empresas e entidades relevantes do setor que participaram da consulta pública, como a BR Distribuidora e o Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura (CERI) da FGV.

Procurado, o governo do Amazonas afirmou que o PL “não estabelecia uma nova diretriz para o setor” de gás natural, e que, sob a ótica tributária, o texto reproduz os pontos principais do decreto nº 40.709, inclusive por meio de

transcrição. O executivo ressaltou ainda que uma comissão especial trabalha na definição de uma nova política estadual para gás e que o decreto, precedido de um estudo técnico detalhado, não acarretou qualquer prejuízo ao erário.

O caso do Amazonas expõe dificuldades do processo de abertura do mercado de gás, que, embora tenha tido impulso na esfera federal, pode sofrer resistências no âmbito estadual, avalia Rômulo Mariani, do Baraldi Mariani Advogados. Para ele, a descentralização da regulamentação da figura do “consumidor livre” é um gargalo para avanços mais céleres.

Para o diretor-executivo da consultoria Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto, o desenvolvimento do mercado livre de gás nos estados não tem sido homogêneo, mas as movimentações revelam uma consciência crescente. Ele destaca Rio de Janeiro, Sergipe e Bahia como estados que têm se empenhado na modernização das regras do setor. “No caso do Amazonas, haverá a discussão de qual caminho tomar para a revisão [do marco]. O governador optou pelo veto ao PL, mas a discussão não morreu. Até porque está muito claro que o caminho deve ser o da modernização dos marcos legais”.

No âmbito federal, o executivo diz que as bases para o “Novo Mercado de Gás” já estão bem fundamentadas. “Por este viés, vemos a abertura do mercado muito forte, resistindo ao contexto de crise. A Petrobras continua fazendo desinvestimentos e cumprindo com o que foi acordado no Termo de Cessação de Conduta (TCC) celebrado junto ao Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica]”.

“A disputa do gás exemplifica a disputa do Brasil que seremos, competitivo, aberto, que valoriza a eficiência, ou um país cartorial”, afirma Paulo Pedrosa, presidente da Abrace, associação que reúne empresas responsáveis por quase 40% do consumo industrial de eletricidade e 42% do consumo industrial de gás natural.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Eletronuclear lança plano para Angra 3

Programa de aceleração crítica prevê a retomada das obras civis e da montagem eletromecânica próximo ano e tem investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão

Enquanto aguarda uma definição pelo governo sobre o modelo de negócios e de parceria internacional para a conclusão da usina nuclear de Angra 3, a Eletronuclear lançou um plano de aceleração crítica das obras da termelétrica, com o objetivo de manter o cronograma do empreendimento, previsto para iniciar a operação em novembro de 2026. O plano prevê a retomada das obras civis e da montagem eletromecânica da planta no próximo ano.

O plano de aceleração crítica tem investimentos previstos da ordem de R\$ 1 bilhão. Segundo o presidente da Eletronuclear, Leonam Guimarães, porém, esse número pode ser alterado, em função do cenário de crise provocada pela pandemia de covid-19.

“O PDNG [plano diretor de negócios e gestão] da Eletrobras aloca cerca de R\$ 1 bilhão de investimentos em Angra 3 [em 2020], é exatamente o que nós chamamos de aceleração da linha crítica”, disse o executivo, em palestra à distância promovida pela Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan).

“É fato que esse PDNG encontra-se em revisão, porque ele foi elaborado pré-covid-19. O compromisso da Eletrobras é que essa revisão seja feita no mês de junho. E aí podemos ter alguma alteração de valores, mas pessoalmente não acredito que haja mudança da filosofia ou da decisão estratégica de dar esse apoio a esse programa de aceleração da linha crítica”, completou.

Na prática, o plano de aceleração prevê que os contratos para as obras civis e a montagem eletromecânica de Angra 3 sejam assinados no início de 2021, com a retomada desses trabalhos em outubro do mesmo ano. A ideia é que o edifício de contenção da usina seja fechado até 2023. “[O objetivo é] conseguir acelerar a linha crítica antes de o modelo de negócios definitivo com o parceiro internacional estar plenamente estruturado”, acrescentou Guimarães.

O modelo de negócios já foi elaborado pelo BNDES e aprovado por um comitê interministerial, mas ainda depende de uma aprovação pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI). Segundo Guimarães, essa aprovação estava prevista para março, mas foi adiada devido ao impacto da pandemia.

O modelo de negócios é fundamental para estabelecer a chamada pública para definição de um eventual parceiro internacional para concluir o empreendimento, de 1.405 megawatts (MW) de capacidade instalada. O índice de conclusão das obras de Angra 3 hoje é de aproximadamente 65%.

O investimento previsto para concluir a usina é de R\$ 14,5 bilhões. A Eletronuclear também tem dívida de R\$ 19 bilhões relativa à construção da usina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol — Do Rio

Título: Voto de donos de PN é maioria no nível 2 da B3

Em 11 das 21 companhias que fazem parte do nível 2 de governança corporativa da B3, o “acionista controlador” ou o “bloco de controle” não teria votos suficientes para impedir, por exemplo, a aprovação de uma eventual fusão ou incorporação, considerando a composição acionária atual, segundo levantamento do escritório Rolim, Viotti & Leite Campos Advogados. Isso porque os demais acionistas, considerando os donos de ações preferenciais, seriam titulares da maioria das ações de emissão da companhia. Entre elas, está a AES Tietê, cujo controlador AES Corporation questionou, nas últimas semanas, o direito de voto dos acionistas preferencialistas em decidir por uma proposta de incorporação da Eneva.

O nível 2 confere o direito de voto dos acionistas donos de ações preferenciais em situações específicas, entre eles uma eventual incorporação. Trata-se de uma adesão voluntária das companhias, cujo estatuto deve ser submetido à análise de conformidade da B3 e da CVM.

A proposta feita à AES Tietê pela Eneva tem sido visto por especialistas como um caso de “incorporação hostil”, ou seja, não solicitada. A situação é incomum no mercado de capitais brasileiro, já que a maioria das empresas tem controle definido ou possui uma estrutura de governança em que os controladores conseguem ter o controle efetivo das decisões na assembleia. Nesta tentativa de incorporação, além do questionamento do controlador, o conselho da AES Tietê recusou a proposta. A Eneva retirou a oferta, e descartou a possibilidade de apresentar nova proposta.

Na AES Tietê, a AES Corporation tem 24,35% dos votos totais, o que não lhe garante a maioria em assembleia. O mesmo aconteceria se eventualmente passassem por situações parecidas o Banco Inter (o grupo controlador tem 31,47%), Energisa (30,49%), Marcopolo (20,33%), Klabin (20,04%), (48,92%), Saraiva (34,8%), SulAmérica (27,34%) e Taesa (36,56%).

É o caso também das estatais da Celesc (24,27%) e Sanepar (20,03%). Na Petrobras, as ações PN não têm direito a voto. A petroleira passou para o

segmento de listagem em 2018 e a empresa recebeu um tratamento especial da B3 sobre o direito de voto dos papéis preferenciais, já que há impedimento legal previsto na Lei 9.478/97 (Lei do petróleo).

A Azul e a Gol estabeleceram uma condição especial em seu estatuto. Nelas, os preferencialistas podem votar em algumas matérias, inclusive incorporação, mas em assembleia especial separada. Nas demais companhias do nível 2 isso não ocorre. Usualmente, os preferencialistas votam na mesma assembleia que os ordinaristas, quando têm direito a voto. O caso da AES e Eneva levou a B3 a se posicionar sobre o assunto esclarecendo o direito de votos dos preferencialistas na mesma assembleia.

“O nível 2 mostra um sistema de governança que dá mais segurança aos minoritários e o posicionamento da B3 só reforça isso. A adesão ao nível 2 ou ao Novo Mercado não é apenas um selo de governança. É preciso estar alinhado com conceitos e as exigências do estatuto”, diz o advogado do escritório Coelho Advogados, Diego Coelho.

Questionamentos às regras de listagem e do direito dos preferencialistas trazem volatilidade para o mercado, na visão do presidente da Associação dos Investidores no Mercado de Capitais (Amec), Fábio Coelho. “Ter regras claras dá conforto para o investidor avaliar a empresa, independentemente do segmento de listagem”, disse.

A advogada Maria Lucia Cantidiano, sócia do Cantidiano Advogados, lembrou que é um ponto sensível para um controlador ter de lidar com uma proposta que ele mesmo não aprovaria. “Para que a matéria chegue à assembleia geral, é preciso que a administração, cuja maioria, em geral, é eleita pelo acionista controlador, entenda, à vista de seus deveres fiduciários, que a matéria é consistente e interessante para a companhia, convocando e realizando, assim, uma assembleia geral”, afirmou.

Se por um lado, a atual crise pode trazer oportunidades de negócios para determinadas companhias, e, de outro, mostrar uma fragilidade de empresas que propiciem tentativas de novas ofertas de aquisição e incorporação hostil, na visão do advogado Fábio Appendino, sócio do escritório Rolim, Viotti & Leite Campos Advogados. “Nessas circunstância em que se forma uma assembleia geral e que ordinaristas e preferencialistas votam, aquele suposto controlador deixa de ter a preponderância do voto. Quem seria o controlador nessa circunstância?”, questionou.

O nível 2 não inibe o exercício do controle, que é feito pela combinação das ações na proporção de ordinárias e preferenciais, esclareceu Fábio Coelho, da Amec. “É controlador aquele acionista que é de forma constante recorrente

acaba preponderando nas deliberações da companhia. Isso significa que não é preciso ter 51% das ações”, afirmou o advogado Mateus Leite, sócio do escritório Candido Martins, citando a lei das S.A.

A situação de ‘fluidez’ do controlador é prevista pela lei e não faz sentido tomar a participação como estático, continuou. E prevalecer ou não entre os acionistas é decisão do controlador. “Há companhias do nível 2 que os controladores se organizam em uma estrutura de capital a fim de prevalecer em todas as matérias, tendo certeza que a decisão dele irá preponderar”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/05/2020

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Socorro bilionário a elétricas adia reajuste médio de 12% na luz

Socorro bilionário para elétricas adia reajuste médio de 12% na conta de luz

Pacote costurado pelo governo deve somar entre R\$ 10 bi e R\$ 12 bi e será viabilizado por meio de decreto presidencial; concessionárias de distribuição reclamam de queda na demanda e aumento da inadimplência, que saltou de 4% para 12%, depois do início da quarentena

Uma operação montada pelo governo federal vai permitir que o setor elétrico possa tomar novos empréstimos para enfrentar os efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus. O financiamento terá como garantia a conta de luz, mas os custos serão divididos entre os consumidores e as empresas. O socorro, cujas estimativas estão entre R\$ 10 bilhões e R\$ 12 bilhões, será viabilizado por meio de decreto presidencial, ao qual o Estadão/Broadcast teve acesso. Ele será publicado antes mesmo da aprovação da medida provisória que permite a ajuda pelo Congresso. O financiamento visa a cobrir custos gerados pela crise da covid- 19 no setor elétrico e evitar um reajuste médio imediato de cerca de 12% no meio da pandemia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem acompanhado diariamente os números do setor.

Desde o início da pandemia no País, medidas de isolamento social levaram a uma queda na demanda de energia de 10% a 12% nas primeiras semanas, algo que subiu para 12% a 15% nos últimos dias. Já o aumento do desemprego e a dificuldade para realizar pagamentos, com bancos trabalhando em horário reduzido, levaram a inadimplência para cerca de 12% – antes, ela se situava em torno de 3,5% a 4,0%. Somados, esses dois efeitos têm afetado o caixa das distribuidoras, que funcionam como arrecadadoras no setor elétrico – cerca de 80% do que elas recebem é repassado para outros elos da cadeia, como

transmissoras, geradoras e até mesmo para o próprio governo, por meio de impostos. Assim, dificuldades nas concessionárias de distribuição podem se tornar uma crise em toda a cadeia.

Diferentemente das operações firmadas em 2014 e 2015, desta vez, o socorro às elétricas terá os custos compartilhados entre o setor e os consumidores. No financiamento organizado pelo governo da ex-presidente Dilma Rousseff, os custos foram integralmente repassados para a conta de luz, que chegou a subir 50% em 2015. Dessa vez, o consumidor pagará os custos da queda demanda, mas não arcará com os custos das distribuidoras, como inadimplência. Caberá à Aneel fazer essa conta. Reajuste. Aumentos tarifários deverão ocorrer no segundo semestre deste ano – ainda que menores, em torno de 5%. Isso porque o governo deixou claro, no decreto, que toda a energia comprada pelas distribuidoras e não utilizada pelos consumidores será coberta pelas tarifas. Isso poderá ser feito tanto em processos de reajustes anuais como em pedidos extraordinários.

Presidente da consultoria PSR, Luiz Barroso avalia que o empréstimo é uma solução de curtíssimo prazo necessária para prover liquidez e preservar a solvência do setor. “É importante que o valor do empréstimo seja ajustado às necessidades do sistema, e que não gere subsídios cruzados em seu pagamento.” Além de dividir os custos do financiamento, o governo vai impor contrapartidas às distribuidoras de energia. Elas não poderão distribuir dividendos acima do mínimo legal de 25% caso fiquem inadimplentes com obrigações do setor. O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia (Abradee), Marcos Madureira, avalia que o cumprimento dessas condições depende do montante de recursos a ser financiado para as empresas. “Precisamos de recursos imediatos para manter o setor em equilíbrio. Ninguém quer mais dinheiro do que o necessário, mas as exigências devem ser compatíveis com o que se está colocando”, disse. Indústrias também poderão ser beneficiadas com o diferimento de despesas dentro do empréstimo da Conta-Covid.

Mas o risco da operação, caso haja inadimplência, ficará com as distribuidoras de energia. O presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores (Abrace), Paulo Pedrosa, disse que a situação do setor é grave e que preservar o caixa das empresas agora é um sinônimo de sobrevivência. O BNDES vai coordenar a operação de socorro, que deverá contar com a participação do Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander, BTG e Citi. Dessa vez, a Caixa deve ficar de fora. Juros e spread estão em negociação e devem ficar em torno de CDI mais 2% a 2,5%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/05/2020****Seção: Colunas****Autor: CIRCE BONATELLI, CYNTHIA DECLOEDT, ANNE WARTH E CRISTIANE BARBIERI****Título: » Mercado.**

Coluna do Broadcast

Em meio à crise, Petrobrás prepara captação de R\$ 3 bilhões em debêntures incentivadas, que deve chegar ao mercado esta semana. Debêntures incentivadas são títulos de dívida de uma empresa isentos de imposto de renda. O papel a ser lançado deve ficar com Itaú BBA, BB Investimentos e Safra, coordenadores da operação. Entretanto, se houver demanda no mercado secundário, parte pode ser vendida.

» Sem fome. Formado basicamente por investidores pessoas físicas, o mercado de debêntures incentivadas, tem tido alguma demanda. Já no de debêntures tradicionais, no qual os principais compradores são gestoras, o apetite por novas operações segue nulo. Procurados, os bancos e a Petrobrás não retornaram, enquanto o BTG Pactual não comentou.

» Fragilidade. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União apresentou representação para que o órgão investigue as vulnerabilidades da União em relação à governança da Eletrobrás. O motivo é a exclusão da empresa do rol de investimentos do Fundo Soberano da Noruega. A decisão do Norges Bank levou em conta o “risco inaceitável” da empresa ao contribuir para danos ambientais e violações de direitos humanos em Belo Monte.

» Prejuízo. O subprocurador-geral Lucas Furtado afirma que a decisão do Norges desvaloriza as ações da companhia, da qual a União é sócia majoritária. Isso pode prejudicar o sucesso da futura operação de privatização e, consequentemente, trazer prejuízos ao governo.

» Mais ajuda. Depois de semanas às voltas em discussões sobre o decreto que regulamentará o empréstimo bilionário ao setor elétrico, o governo deve começar a elaborar uma nova medida provisória à área. O financiamento, portanto, não será a única solução para resolver as consequências econômicas da pandemia.

» Online. As discussões ainda são preliminares, mas umas das possibilidades em análise é flexibilizar o uso de recursos com destinação carimbada e que não podem ser direcionados a outros fins.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 19/05/2020****Seção: Mercado****Autor: Júlia Moura São Paulo****Título: Bolsa sobe 4,7% e dólar recua 2% com notícia de avanço em vacina**

Expectativa de imunização anima mercados; petróleo se valoriza 7% e impulsiona as ações da Petrobras

A notícia de um avanço nas pesquisas para uma possível vacina contra o coronavírus animou os mercados nesta segunda (18). A Bolsa brasileira subiu 4,7%, a 81 mil pontos, maior patamar desde 29 de abril. O dólar recuou 2%, a R\$ 5,7250, menor valor desde o dia 6.

A empresa americana de biotecnologia Moderna anunciou nesta segunda resultados “positivos provisórios” em um pequeno número de voluntários na fase inicial de testes de sua vacina contra a Covid-19.

As ações da companhia, que chegaram a subir mais de 30%, fecharam com alta de 20%, a US\$ 80, valor recorde.

A expectativa de imunização e retomada das atividades provocou um rali em busca de ativos de risco na sessão, levando as Bolsas americanas a patamares anteriores às fortes quedas de março.

“Aumenta o otimismo sobre a reabertura da economia, acelerando o processo de retomada do PIB de alguns países, e também minimiza o temor de uma segunda onda de contaminação. Essa notícia somada ao fato de os mercados americanos se encontrarem bem depreciados desde a máxima histórica deve reduzir o nível de risco e abrir espaço para uma recuperação”, diz Rafael Ribeiro, analista da Clear.

A continuidade do processo de reabertura das atividades em países que sofreram fortemente com a pandemia, como Espanha, Itália e EUA, também alimentou apostas mais positivas em relação à retomada da atividade, embora o FMI tenha alertado para o risco de uma recuperação global não ocorrer até 2021.

Ainda contribuiu para o tom positivo do dia a fala do presidente do Fed, banco central americano, Jerome Powell, no domingo (17). Ele deixou claro que a instituição tem condições de prover mais estímulos para a economia e disse que a recuperação poderá começar em breve se a retomada da atividade for cuidadosa.

O Dow Jones subiu 3,85%, o S&P 500, 3,15%, e a Nasdaq, 2,4%. Matérias-primas também tiveram ganhos expressivos. O minério de ferro subiu 4,5%, e o barril de petróleo Brent, referência internacional, 7%, a US\$ 34,81. O barril do óleo WTI, referência americana, passou a ser negociado acima dos US\$ 30 pela primeira vez em dois meses, com uma alta de 8%, a US\$ 31,82.

As ações preferenciais (mais negociadas) da Petrobras subiram 8%, a R\$ 18,54. As ordinárias (com direito a voto), 9,9%, a R\$ 19,46. A Vale teve alta de 6,9%, a R\$ 51,37.

Já Azul e Gol dispararam 29,9% e 14,5%, com a queda do dólar e a operação de socorro de bancos para o setor. As empresas aéreas puxaram as ações da CVC, que saltaram 19,2%.

O setor de empresas exportadoras de proteínas e papel e celulose, porém, registrou fortes quedas com o recuo do dólar. As ações da Minerva caíram 10%, e as da Suzano, 8,5%, os piores desempenhos do Ibovespa.

Klabin recuou 8%, e Marfrig e JBS, 6,6% cada uma.

A JBS também teve o impacto da oitava morte por coronavírus de funcionários em sua unidade de Greeley, nos EUA. No Brasil, a empresa também teve a unidade da Seara em Ipumirim (SC) fechada, com funcionários infectados. A empresa irá recorrer.

Segundo Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimento s, há um temor do mercado com relação ao vídeo da reunião entre ministros, em que Jair Bolsonaro ameaça demitir Sergio Moro se não houvesse mudança na superintendência da PF do Rio. “A China é uma forte compradora nesses setores e a liberação do vídeo, que pode ter críticas ao país, pode impactá-los.”

Com Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/05/2020

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Pacote para setor elétrico deve ser menor que o projetado

Brasília- O presidente Jair Bolsonaro deve assinar em edição extraordinária do Diário Oficial da União um decreto em que autoriza a liberação de empréstimo menor do que o esperado às companhias do setor elétrico.

Enfrentando queda de consumo, alta do dólar e a inadimplência devido à crise causada pelo coronavírus, as companhias pediram ao governo linhas de crédito no BNDES algo entre R\$ 20 bilhões e R\$ 25 bilhões para reforço do caixa no curto prazo.

Pessoas que participaram dos debates afirmam que devem ser liberados somente R\$ 12 bilhões ou, no máximo, R\$ 15 bilhões. Esse custo será compartilhado com os consumidores, ainda de acordo com assessores do governo.

O decreto vai definir o procedimento dessas operações que será liderada pelo BNDES e também contará com um sindicato de bancos privados (ItaúUnibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil).

Qualquer empresa poderá solicitar o empréstimo, seja ela geradora, distribuidora ou transmissora.

Ao assinar o contrato, as empresas serão obrigadas a concordar em jamais recorrer à Justiça contestando a operação e terão ainda contrapartidas a serem cumpridas.

No caso das distribuidoras, que amargam as maiores perdas, elas não poderão renegociar seus contratos de compra e venda de energia reduzindo volume (devido à queda do consumo).

Também ficarão proibidas de distribuir lucros acima de 25% (patamar mínimo definido pela lei) se ficarem inadimplentes.

MME / ASCOM .